

# ACONTECE

ANO 41 - ED.351 - MARÇO / 2026

## Sindicomis e ACTC atuam diante da Portaria Coana 185/2026



### **Editorial**

Entre regulação, custo e realidade operacional: a defesa firme do Sindicomis Nacional

### **Sindicomis e ACTC ampliam atuação no COMEX**

Entidades reforçam diálogo com governo para avançar na agenda regulatória

### **Navegue Simples avança no setor portuário**

Programa acelera medidas para desburocratizar e modernizar operações

## EDITORIAL

# Entre regulação, custo e realidade operacional: a defesa firme do setor pelo Sindicomis Nacional e ACTC

O comércio exterior brasileiro vive um momento extremamente sensível, no qual decisões regulatórias vêm sendo adotadas com impacto direto, imediato e profundo sobre a operação das empresas que sustentam a logística nacional. Não estamos diante de ajustes pontuais.

Estamos diante de um movimento claro de reorganização do sistema que, se não for acompanhado de diálogo, técnica e responsabilidade, pode gerar efeitos severos sobre a atividade econômica.

É nesse contexto que se inserem dois temas centrais: a Portaria COANA nº 185/2026, no âmbito da Receita Federal, e o avanço do Tema 3.10 da Agenda Regulatória da ANTAQ.

Ambos tocam diretamente no núcleo da operação do comércio exterior: acesso, custo, responsabilidade e equilíbrio. E é exatamente por isso que exigem atuação firme, técnica e sem hesitação.

### **COANA/RFB: O RISCO REAL NÃO É A NORMA, É A FORMA COMO ELA SERÁ APLICADA.**

A exigência de capacitação obrigatória para acesso a recintos alfandegados não pode ser analisada de forma superficial.

Na prática, estamos falando de um requisito que pode, dependendo de sua implementação: impedir o acesso de profissionais às áreas operacionais;

- gerar paralisação de atividades essenciais;
- criar tratamentos distintos entre recintos;
- impor insegurança jurídica ao setor.

Não há espaço para ingenuidade. Uma norma dessa natureza, se mal aplicada, não qualifica, ela restringe. E restringir acesso, no comércio exterior, significa afetar diretamente a cadeia logística, os contratos, os prazos e a credibilidade das operações.



“Foi exatamente por isso que o **SINDICOMIS NACIONAL** e a **ACTC** atuaram de forma imediata. Não reagimos de forma emocional. Agimos de forma técnica. Identificamos os riscos, estruturamos uma leitura completa do cenário e apresentamos uma proposta concreta à Receita Federal.”

# EDITORIAL

Propusemos participação ativa na implementação, apoio técnico-operacional e construção de padronização nacional. Porque sabemos que, sem isso, o sistema tende à desorganização.

## **ANTAQ: O PROBLEMA NÃO É NOVO, MAS AGORA ESTÁ DOCUMENTADO.**

Se no ambiente da Receita discutimos acesso, no ambiente portuário discutimos algo ainda mais sensível: custo e responsabilidade.

E aqui é preciso dizer com todas as letras: o setor não suporta mais distorções operacionais.

A consulta realizada junto às empresas associadas revelou um cenário grave, recorrente e estrutural. As empresas estão sendo submetidas a:

- cobranças por eventos fora de seu controle;
- exigência de pagamentos antecipados para liberação de cargas;
- ausência de transparência na formação de preços;
- mudanças operacionais sem previsibilidade;
- dificuldades práticas na devolução e retirada de contêineres;
- transferência indevida de riscos ao operador intermediário.

Isso não é exceção. Isso virou prática. E o impacto disso é direto:

- aumento do custo Brasil;
- perda de competitividade;
- insegurança contratual;
- desgaste com clientes;
- perda de negócios.

Diante desse cenário, o SINDICOMIS e a ACTC não ficaram inertes. Levaram dados reais à ANTAQ. Apresentaram contribuições estruturadas. E defenderam, de forma clara:

- regras objetivas de responsabilização;
- limites para cobranças abusivas;
- transparência obrigatória;
- padronização mínima;
- equilíbrio nas relações operacionais.

## **REGULAR SEM OUVIR O SETOR É GERAR DISTORÇÃO.**

Existe um erro recorrente no ambiente regulatório brasileiro: a ausência de escuta qualificada. Normas são criadas sem considerar a realidade operacional. E o resultado é previsível:

- aumento de litígios;
- judicialização;
- insegurança;
- ineficiência sistêmica.

Por outro lado, quando há construção conjunta, o cenário muda. E é exatamente essa construção que estamos promovendo.

## **PROTAGONISMO NÃO SE DECLARA, SE EXERCE.**

A atuação recente do SINDICOMIS NACIONAL e da ACTC demonstra claramente que as entidades estão ocupando o espaço que lhes cabe.

Estamos presentes. Estamos atuando. Estamos influenciando.

Seja junto à Receita Federal, seja junto à ANTAQ, estamos levando o setor para dentro do processo decisório. E isso faz toda a diferença.

## **DEFENDER O SETOR É TER CORAGEM INSTITUCIONAL.**

Não há defesa efetiva sem posicionamento claro. Não há representação sem presença. E não há resultado sem estratégia.

O momento exige coragem institucional para dizer o que precisa ser dito. E é exatamente isso que estamos fazendo.

Dito isso, o comércio exterior brasileiro não pode ser conduzido por decisões desconectadas da realidade.

Ele precisa de:

- previsibilidade;
- equilíbrio;
- segurança jurídica;
- respeito à operação.

## EDITORIAL

“O **SINDICOMIS NACIONAL** e a **ACTC** seguem atuando com firmeza, técnica e responsabilidade. Não apenas representando. Mas defendendo. Não apenas dialogando. Mas influenciando. Não apenas acompanhando. Mas liderando. Esse é o nosso compromisso. E é isso que continuaremos fazendo.”

**Luiz Antonio Silva Ramos**  
Presidente,  
**SINDICOMIS NACIONAL | ACTC**

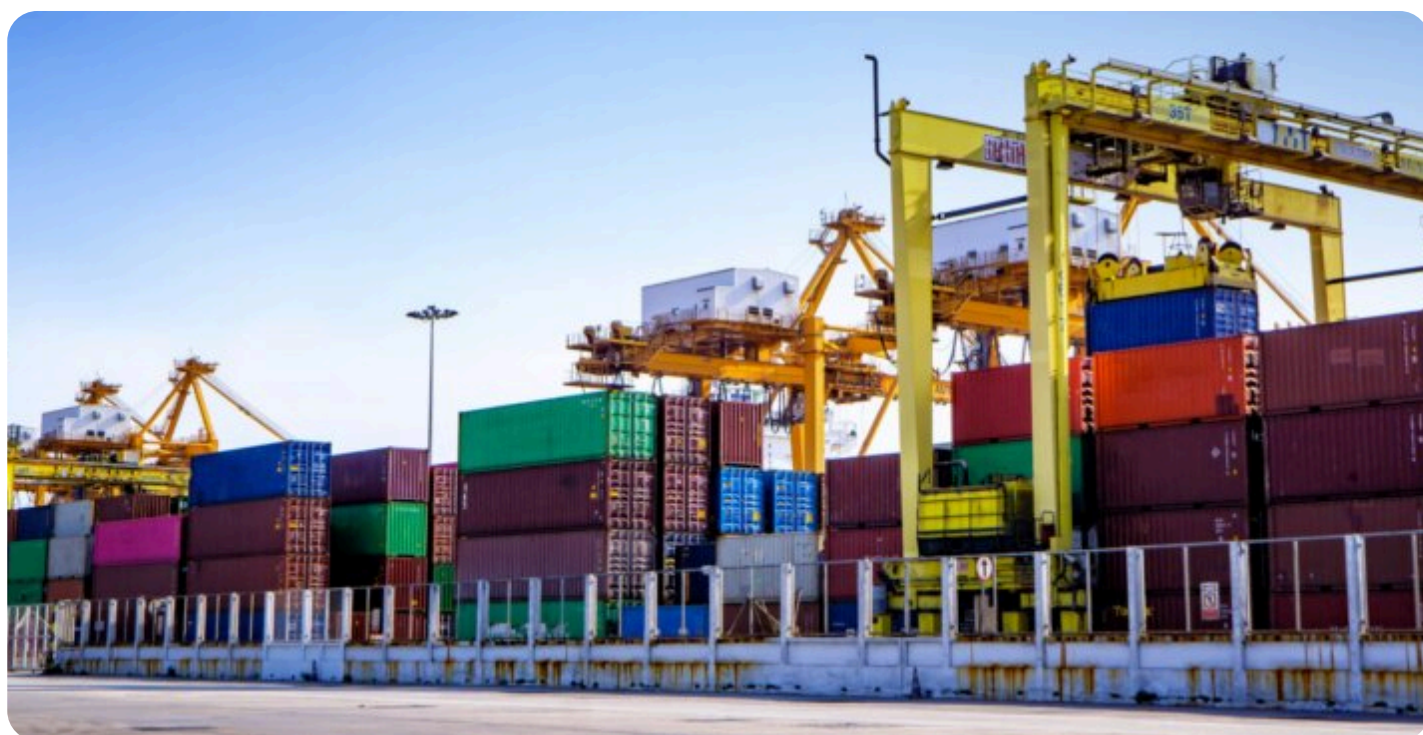


Foto: Reprodução/Internet

# Corrente de comércio atinge US\$ 12,8 bi e mantém saldo positivo

*Balança comercial registra superávit de US\$ 1,4 bi na 3ª semana de março, mesmo com leve desaceleração nas exportações*



Foto: Reprodução/Internet

Na 3ª semana de março de 2026, a balança comercial registrou superávit de US\$1,4 bilhão e corrente de comércio de US\$12,8 bilhões, resultado de exportações no valor de US\$7,1 bilhões e importações de US\$5,7 bilhões.

No mês, as exportações somam US\$21,8 bilhões e as importações, US\$16,6 bilhões, com saldo positivo de US\$5,2 bilhões e corrente de comércio de US\$38,336 bilhões.

No ano, as exportações totalizam US\$72,7 bilhões e as importações, US\$59,4 bilhões, com saldo positivo de US\$13,3 bilhões e corrente de comércio de US\$132,2 bilhões. Esses e outros dados foram publicados nesta segunda-feira (23/3), pela Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Secex/MDIC).

Nas exportações, comparadas as médias até a 3ª semana de março/2026 (US\$1,452 bi) com a de março/2025 (US\$1,511), houve queda de 4,0%. Em relação às importações houve queda de 0,1% na comparação entre as médias até a 3ª semana de março/2026 (US\$1,103 bi) com a do mês de março/2025 (US\$1,104 bi).

Assim, até a 3ª semana de março/2026, a média diária da corrente de comércio totalizou US\$2.555,71 milhões e o saldo, também por média diária, foi de US\$348,47 milhões. Comparando-se este período com a média de março/2025, houve queda de 2,3% na corrente de comércio.

## Exportações e Importações por Setor

No acumulado até a 3ª semana do mês de março/2026, comparando com igual mês do ano anterior, o desempenho dos setores exportadores pela média diária foi o seguinte: crescimento de US\$ 78,26 milhões (27,6%) em Indústria Extrativa; houve queda de US\$ 57,47 milhões (13,4%) em Agropecuária e de US\$ 81,26 milhões (10,3%) em produtos da Indústria de Transformação.

No acumulado até a 3ª semana do mês de março/2026, comparando com igual mês do ano anterior, o desempenho dos setores importadores pela média diária foi o seguinte: crescimento de US\$ 3,29 milhões (6,6%) em Indústria Extrativa e de US\$ 2,91 milhões (0,3%) em produtos da Indústria de Transformação. Houve queda de US\$ -7,54 milhões (-24,9%) em Agropecuária.

Fonte: Site oficial do Governo Brasileiro

# Lula sanciona lei que amplia redução de impostos da indústria química nacional

*Modelo usado por pequenas empresas pode perder competitividade com nova regulamentação*



Foto: Cadu Gomes | VPR

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou nesta quinta-feira (19/3) lei que amplia os benefícios do regime especial de tributação para a indústria química nacional (Reiq), tanto em valores como em itens elegíveis para redução de impostos.

A lei garante redução de mais de 60% nas alíquotas PIS/Cofins dos insumos usados pela indústria química (veja a lista aqui), aumentando a competitividade de um setor que gera 2 milhões de empregos diretos e indiretos e responde por 11% do PIB Industrial.

A sanção aconteceu durante abertura da Caravana Federativa em São Paulo, onde o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Geraldo Alckmin, ressaltou a importância da medida diante do cenário global.

“Infelizmente, com a guerra, aumentou o preço de gás natural, de insumos para a indústria química. Então, é exatamente nesse momento que o presidente reduz os impostos federais para os

insumos da indústria química para melhorar a competitividade e investimento, parceria de investimento para a inovação, eficiência energética”, afirmou.

## Ganhos em vários setores

Os insumos listados na lei são usados na produção de matéria-prima para diversas aplicações nos setores de cosméticos (perfumes, higiene pessoal), farmacêutica, construção civil (tubos, conexões, cabos), embalagens, têxtil, alimentos, bebidas, eletrodomésticos, automotiva, calçados, papel e madeira, entre outros, ajudando a reduzir custos e preços em todas essas cadeias.

Com a ampliação do Reiq – regime que foi retomado em 2023 –, os recursos orçamentários destinados ao programa passam dos atuais R\$1,1 bilhão para R\$3,1 bilhão no exercício de 2026. O volume adicional será compensado com o ganho de arrecadação propiciado pela Lei 224/2025, não produzindo impacto fiscal.

## Estratégico

Tanto o projeto iniciado no Congresso como a sanção presidencial atendem à demanda crescente da indústria química brasileira por melhores condições de competitividade no cenário global.

Entre os beneficiários da medida está o Polo Industrial de Cubatão, que reúne cerca de 25 grandes empresas e é referência nacional nos setores de petroquímica, siderurgia, química e fertilizantes, que reúne milhares de trabalhadores.

**“A reforma traz eficiência econômica, aumenta investimento, porque desonera investimento, e aumenta exportação, porque desonera exportações”**

Pela proximidade com o Porto de Santos e o Sistema Anchieta-Imigrantes, o Polo tem papel estratégico na economia de São Paulo e do Brasil.

Em fevereiro, o vice-presidente recebeu, em audiência no MDIC, representantes das empresas e dos trabalhadores do Polo de Cubatão, quando anunciou a ampliação dos benefícios do Reiq.

## Caravana Federativa

Além da sanção do Reiq, o vice-presidente destacou medidas do governo federal voltadas ao desenvolvimento econômico, durante o discurso na abertura da Caravana Federativa, incluindo melhorias no acesso ao crédito para municípios e estímulos à educação e saúde.

Alckmin ressaltou, ainda, os avanços na agenda tributária, como a isenção de imposto de renda para quem ganha até R\$5 mil e redução a quem recebe até R\$7.350, além da reforma tributária.

*Fonte: Site oficial do Governo Brasileiro*



Foto: Cadu Gomes | VPR

# Redirecionamento global de navios exige reação estratégica do setor

*Mudanças nas rotas marítimas internacionais aumentam custos, prazos e riscos operacionais, exigindo atenção de agentes de carga e operadores logísticos*



Foto: Reprodução

O recente redirecionamento de navios das principais armadoras globais para a rota do Cabo da Boa Esperança, evitando o Canal de Suez e o Estreito de Ormuz, inaugura um novo ciclo de instabilidade logística internacional.

A decisão, motivada pela deterioração do cenário de segurança no Oriente Médio, já produz reflexos imediatos sobre fretes marítimos, seguros internacionais, prazos contratuais e planejamento operacional das cadeias produtivas.

O impacto para o comércio exterior brasileiro pode ser significativo. O aumento no tempo de trânsito — estimado entre 10 e 20 dias adicionais — combinado à aplicação de sobretaxas de risco de guerra (War Risk Surcharge), pressiona custos, margens e compromissos contratuais.

O maior risco, contudo, reside na transferência indevida de responsabilidade aos operadores logísticos nacionais, especialmente agentes de carga e comissárias de despacho, que não detêm governança sobre decisões geopolíticas ou rotas estratégicas globais.

Diante desse cenário, recomenda-se:

- Reforçar cláusulas contratuais de força maior e risco geopolítico.
- Formalizar todas as comunicações sobre alterações de rota e prazos.
- Evitar garantias absolutas de prazo em propostas comerciais.
- Monitorar sobretaxas e exigir transparência técnica na sua aplicação.
- Reavaliar exposição a demurrage e detention decorrentes de atrasos sistêmicos.

Este é um momento que exige prudência, técnica e coordenação institucional.

O **SINDICOMIS NACIONAL** e a **ACTC** seguem acompanhando de forma permanente os desdobramentos do cenário internacional, avaliando impactos regulatórios e eventuais medidas institucionais cabíveis para proteção da categoria.

Crises externas são inevitáveis. A resposta estratégica, não.

Fonte: Sindicomis Nacional

# Brasil e Equador avançam em parceria comercial e cooperação técnica

Reunião bilateral reforça integração entre os países e amplia oportunidades no comércio agropecuário



Foto: Reprodução

O ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, participou nesta quarta-feira (4) de reunião bilateral com o ministro da Agricultura, Pecuária e Pesca do Equador, Juan Carlos Vega.

O encontro sucede a 39ª Conferência Regional da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) para a América Latina e o Caribe (LARC39).

**“É determinação do presidente Lula melhorar as relações comerciais, e as negociações devem ser uma via de mão dupla. Estamos prontos para continuar avançando juntos. Vamos transformar essa relação em resultados concretos para os nossos produtores e consumidores”**

O ministro também destacou a continuidade dos entendimentos alcançados durante a visita do presidente Daniel Noboa Azín ao Brasil, em julho de 2025. Segundo ele, a agenda reforça o compromisso de ambos os países em consolidar resultados e ampliar as oportunidades de cooperação e comércio bilateral no setor agropecuário.

Em fevereiro deste ano, o secretário de Comércio e Relações Internacionais, Luis Rua, realizou missão oficial ao Equador. Na ocasião, foi autorizada a ampliação de oportunidades para a indústria brasileira de insumos destinados à alimentação animal, agregando valor aos produtos das cadeias de aves e de bovinos. Também foi aberto o mercado brasileiro para pimentões, limões e peles de animais bovinos do país equatoriano.

Os avanços refletem o compromisso mútuo com a integração comercial e o fortalecimento das cadeias agroindustriais. Em 2025, o Brasil exportou para o Equador mais de US\$ 346 milhões em produtos agropecuários, com destaque para papel, cereais e café.

Durante a bilateral, também foram destacados os avanços para ampliar o comércio agropecuário entre os dois países. Também foi manifestado o interesse conjunto em aprofundar a cooperação entre o Instituto Nacional de Investigaciones Agropecuarias (INIAP) e a Embrapa.

Está prevista a assinatura de um Memorando de Entendimento entre as duas instituições, visando impulsionar a troca de boas práticas em governança e avaliação de impacto na pesquisa agropecuária.

Fonte: Site oficial do Governo Brasileiro

# Portal Único atinge marco e responde por metade das importações brasileiras

Plataforma digital avança na desburocratização e pode gerar economia superior a R\$ 40 bilhões por ano para o setor



Foto: Reprodução

O Portal Único de Comércio Exterior registrou, em fevereiro, participação diária acima de 50% das operações de importação realizadas no Brasil, o que representa um marco no processo de implementação da plataforma digital do governo federal.

“O Portal Único respondeu, em fevereiro, pela primeira vez, por mais da metade das importações do país. A expectativa é que o sistema esteja totalmente implementado até o fim do ano”, afirmou o vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Geraldo Alckmin.

Quando estiver operando integralmente, o sistema poderá gerar economia superior a R\$ 40 bilhões por ano para empresas, resultado da simplificação de procedimentos, da integração de sistemas e da redução de prazos nas operações de comércio exterior.

Segundo cálculo adotado internacionalmente e utilizado pelo MDIC, cada dia de carga parada representa custo equivalente a 0,8% do valor da mercadoria.

A pasta calcula que já há redução de 19 horas na permanência média da carga na zona portuária para as operações realizadas por meio da

Declaração Única de Importação (DUIMP), em comparação com a Declaração de Importação (DI).

A mudança gera economia imediata para o operador de comércio exterior que opta pelo novo processo de importação, nos casos em que o uso do sistema ainda é facultativo.

A secretária de Comércio Exterior do MDIC, Tatiana Prazeres, explica que o Portal Único é central na estratégia de comércio exterior brasileira e que alcançar os 50% de operações em fevereiro é um marco histórico porque consolida o novo modelo de importações.

**“O Brasil avança na desburocratização do comércio exterior com a simplificação de processos e redução de tempo e custo. Nosso objetivo é tornar o comércio exterior, e seus benefícios, mais acessível a todos”**

Coordenado pela Secretaria de Comércio Exterior do MDIC e pela Receita Federal, com a participação de quase 20 órgãos públicos, que atuam como anuentes nas operações de comércio exterior, o Portal Único já processa 100% das exportações brasileiras. A previsão é que todas as importações passem a ser realizadas pela plataforma até o final deste ano.

Fonte: Site oficial do Governo Brasileiro

# Crédito de R\$ 25 bilhões e acordo com a UE impulsionam indústria

*Governo aposta em financiamento e abertura comercial para elevar competitividade e produtividade do setor*



Foto: Cadu Gomes/VPR

Em seminário realizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) nesta sexta-feira (27/3), em São Paulo, o vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Geraldo Alckmin, celebrou os novos investimentos do governo federal na indústria brasileira, além daqueles que já fazem parte dos programas ligados à Nova Indústria Brasil (NIB).

**"Uma grande notícia: R\$ 25 bilhões de crédito para substituição de máquinas, modernização, competitividade, produtividade e eficiência energética. Isso vai fazer toda a diferença para a indústria ser mais competitiva"**

Do total mencionado pelo vice-presidente, R\$ 10 bilhões foram anunciados nesta sexta-feira pelo BNDES durante o seminário. Outros R\$ 15 bi integram o Plano Brasil Soberano, anunciados na última terça-feira (24).

Além do crédito para inovação, digitalização e economia verde, Alckmin também destacou o Acordo Mercosul-União Europeia, como instrumento de ampliação de oportunidades para as empresas exportadoras e o comércio exterior brasileiro.

O seminário reuniu cerca de 200 representantes do setor produtivo, exportadores e entidades de classe, e discutiu as perspectivas de comércio para as empresas brasileiras no cenário de maior abertura comercial propiciado pelo acordo.

"Fizemos, em três anos, Mercosul-Singapura, Mercosul-EFTA e o maior acordo entre blocos do mundo, Mercosul-União Europeia, que já entra em vigência agora. As oportunidades que nós teremos são extraordinárias", ressaltou.

Em homenagem à atuação do vice-presidente à frente do MDIC, o presidente da CNI, Ricardo Alban, destacou a importância de o país ter a NIB para fortalecer o desenvolvimento nacional. "Voltamos a ter, graças ao nosso ministro Alckmin e à política do presidente Lula, uma política industrial", afirmou Alban, reforçando a necessidade de que a política seja perene e passe por aprimoramentos periódicos.

## Indústria 4.0

O crédito de R\$ 10 bilhões anunciado hoje integra o programa BNDES Mais Inovação e financia a difusão de máquinas e equipamentos da indústria 4.0, além de apoiar bens de capital voltados a projetos sustentáveis.

O presidente do banco, Aloizio Mercadante, destacou o alcance das medidas.

**“São linhas de crédito fundamentais para modernizar o parque fabril, elevar a produtividade e ampliar a competitividade da indústria. O Brasil precisa avançar na agenda de inovação e tecnologia para gerar empregos qualificados”**

Do total, R\$ 7 bi serão destinados à linha de Indústria 4.0, com taxa média de 6,5% ao ano, combinando recursos da Taxa Referencial com funding de mercado. Outros R\$ 3 bi serão direcionados à linha de bens de capital verde, também com taxa de 6,5%, a partir da integração de recursos do FAT com o Fundo Clima.

## Implementação do Acordo

Com entrada em vigor prevista para 1º de maio de 2026, o Acordo Mercosul-União Europeia passa a contar com uma agenda estruturada de implementação. O MDIC apresentou, nesta sexta-feira, ações de divulgação, capacitação e instrumentos técnicos voltados ao setor produtivo.

Na página oficial do acordo, estão disponíveis textos consolidados, dados estatísticos e informações gerais.

Também foi lançado nesta sexta o Manual de Desgravação Tarifária, elaborado pela equipe técnica da Secretaria de Comércio Exterior e disponível na mesma página. O documento orienta sobre a aplicação prática dos cronogramas de redução do Imposto de Importação, além de uma tabela interativa de preferências tarifárias, que permite a identificação dos produtos por descrição ou código tarifário.

*Fonte: Site oficial do Governo Brasileiro*



Foto: Cadu Gomes | VPR

# Acordo MERCOSUL–União Européia entra em vigor

*Uma virada histórica para o COMEX Brasileiro*



Foto: Reprodução

A entrada em vigor, a partir de 1º de maio de 2026, do Acordo Provisório de Comércio entre o MERCOSUL e a União Europeia representa um marco histórico e transformacional para o comércio exterior brasileiro.

Após mais de duas décadas de negociações, o acordo passa a produzir efeitos concretos no ambiente operacional e de negócios, impactando diretamente as empresas associadas e filiadas ao **SINDICOMIS NACIONAL** e à **ACTC**.

O que muda na prática:

- Redução e eliminação de tarifas para produtos brasileiros no mercado europeu.
- Aumento da competitividade das exportações.
- Crescimento da demanda logística e aduaneira.

Integração às cadeias locais:

- Inserção em cadeias produtivas internacionais.
- Expansão multimodal.
- Maior complexidade operacional.

Segurança e previsibilidade:

- Harmonização de regras.
- Redução de barreiras.
- Maior estabilidade nas operações.

Expansão logística:

- Aumento do fluxo comercial.
- Valorização do setor.
- Crescimento do mercado operacional.

Leitura estratégica:

Empresas preparadas terão expansão acelerada. As não adaptadas perderão competitividade.

Oportunidades:

- Novos mercados.
- Serviços de maior valor agregado.
- Consolidação internacional.

Pontos de atenção:

- Adaptação regulatória.
- Capacitação técnica.
- Monitoramento contínuo.

O **SINDICOMIS NACIONAL** e a **ACTC** atuarão de forma ativa na defesa do setor e na implementação do acordo.

O acordo inaugura uma nova era para o comércio exterior brasileiro, ampliando oportunidades e fortalecendo o setor logístico nacional.

Fonte: Sindicomis Nacional

# Sindicomis Nacional e ACTC atuam com firmeza e estratégia diante da portaria COANA nº185/2026

*Defesa institucional garante acesso, segurança jurídica e estabilidade no comércio exterior*

O SINDICOMIS NACIONAL e a ACTC vêm conduzindo uma atuação estratégica diante da Portaria COANA nº 185/2026, editada pela Receita Federal do Brasil, que estabelece novos requisitos de capacitação obrigatória para acesso a recintos alfandegados.

Desde o primeiro momento, as entidades atuaram de forma firme e técnica, analisando os impactos operacionais, riscos regulatórios e possíveis restrições ao exercício das atividades das empresas representadas.

A partir dos esclarecimentos da Receita Federal e da Live institucional da COANA, houve um reposicionamento estratégico relevante, reconhecendo a importância da medida, mas evidenciando limitações práticas na sua implementação.

As entidades propuseram formalmente a celebração de cooperação técnica com a **Receita Federal**, visando apoiar a implementação da norma, garantir uniformidade nacional e proteger os interesses do setor.

A proposta inclui apoio institucional, técnico-operacional, suporte aos recintos alfandegados e desenvolvimento de capacitação complementar por meio da Universidade Corporativa do SINDICOMIS.

Essa atuação assegura a preservação do livre exercício profissional, reduz riscos de penalidades indevidas e garante maior previsibilidade e segurança para as operações de comércio exterior.

O SINDICOMIS e a ACTC reforçam seu papel como interlocutores legítimos do setor, representando mais de 12 mil empresas e atuando em nível nacional e internacional.

Seguimos atuando com responsabilidade, estratégia e firmeza na defesa dos interesses das categorias econômicas.

*Fonte: Assessoria de Comunicação*



*Foto: Reprodução/IA*

# Alterações no tratamento administrativo da DFPC impactam importações

*Mudanças no Siscomex incluem exclusões e novas exigências de licenças para produtos controlados pelo Exército*

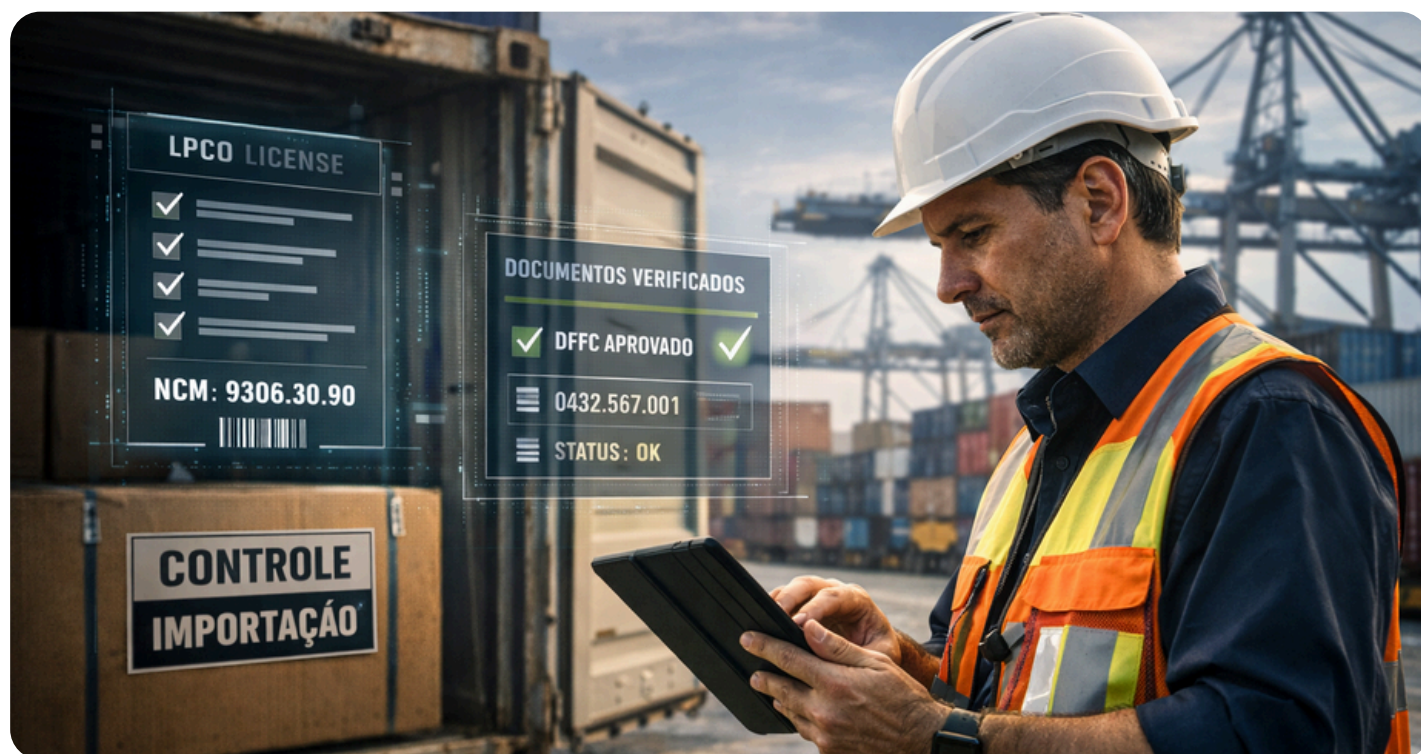


Foto: Reprodução/IA

O redirecionamento de navios das principais armadoras globais para a rota do Cabo da Boa Esperança, evitando o Canal de Suez e o Estreito de Ormuz, inaugurou um novo cenário de instabilidade logística internacional.

A decisão, motivada pelo agravamento do cenário geopolítico no Oriente Médio, já impacta diretamente o comércio exterior, com reflexos sobre fretes marítimos, seguros internacionais, prazos contratuais e o planejamento operacional das cadeias produtivas.

Para o Brasil, os efeitos podem ser relevantes. O aumento no tempo de trânsito, estimado entre 10 e 20 dias adicionais, somado à aplicação de sobretaxas de risco de guerra (War Risk Surcharge), pressiona custos logísticos, margens comerciais e compromissos contratuais.

Um dos principais pontos de atenção está na possível transferência indevida de responsabilidades para operadores logísticos nacionais, como agentes de carga e comissárias de despacho, que não possuem controle sobre decisões geopolíticas ou rotas globais.

Diante desse cenário, especialistas recomendam a adoção de medidas preventivas, como o reforço de cláusulas contratuais relacionadas a força maior e risco geopolítico, formalização de comunicações sobre alterações operacionais, revisão de garantias de prazo e monitoramento de sobretaxas aplicadas.

O momento exige cautela, estratégia e coordenação institucional. O SINDICOMIS Nacional e a ACTC acompanham de forma contínua os desdobramentos do cenário internacional, avaliando impactos e possíveis medidas para proteger os interesses do setor.

Fonte: Sindicomis

# Após leilão, POA26 deve dobrar movimentação de cargas

*Terminal em Porto Alegre pode alcançar 624 mil toneladas por ano com novos investimentos e modernização*

Cerca de 624 mil toneladas de cargas por ano. Essa é a estimativa de movimentação no POA26, em Porto Alegre (RS), a partir do terceiro ano de contrato com o novo administrador da área, o Consórcio Portos do Sul, que arrematou o terminal no primeiro bloco de leilões portuários, promovido pelo Ministério de Portos e Aeroportos em fevereiro. O volume representa quase o dobro das 321 mil toneladas atualmente registradas. A projeção considera o investimento de R\$ 21,13 milhões em benfeitorias e modernização da estrutura, conforme previsto no edital de licitação.

Para o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, a concessão do POA26 potencializa o Rio Grande do Sul como um polo de integração regional sul-americano.

**“A gente tem que potencializar ainda mais o estado gaúcho para ser um hub logístico da integração regional, porque ele fica no eixo da América do Sul. Tudo isso vai se revelando em grandes leilões”**

Além de modernizar o terminal, o arrendatário terá que adquirir os equipamentos necessários para operacionalizá-lo. Também deve fazer a pavimentação, a drenagem, a distribuição elétrica e a iluminação do local. O projeto inclui ainda dois novos armazéns com área total de 14.000 m<sup>2</sup>.

“Como o espaço foi bastante impactado pelas enchentes de 2024, segundo o secretário nacional de Portos, Alex Sandro de Ávila, o arrendamento contribui para recuperar e ampliar investimentos.

As grandes intempéries climáticas afetaram sobremaneira a região e o porto da capital gaúcha. Então, quando nós conseguimos avançar e fazer esse leilão, nós damos continuidade ao desenvolvimento, gerando emprego, renda e investimento ali”, explica.

O secretário afirma ainda que o arrendamento do POA26 representa mais um passo na reconstrução e no fortalecimento da atividade portuária do estado como um todo. “o leilão vem exatamente ao encontro do que a Autoridade Portuária gaúcha está fazendo, já que ela contratou as dragagens para a região. Agora, com a licitação realizada, logo teremos um novo terminal, com mais investimentos e cargas sendo movimentadas”, ressalta.

Localizado na margem esquerda do rio Guaíba, na parte noroeste de Porto Alegre, a área de influência do porto da capital gaúcha abrange o estado do Rio Grande do Sul, principalmente o eixo Porto Alegre – Caxias e municípios vizinhos. Já o POA 26 tem 22.052,40 m<sup>2</sup> e está localizado na Poligonal do Porto. É destinado à movimentação e armazenagem de granel sólido, como fertilizantes e grãos.

*Fonte: Site oficial do Governo Brasileiro*



*Foto: Reprodução*

# Brasil e África do Sul ampliam cooperação em inovação

*Parceria entre os países avança em áreas estratégicas como tecnologia, sustentabilidade e pesquisa científica*

A Ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, recebeu nesta terça-feira (10), em Brasília, o ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação da África do Sul, Blade Nzimande, para uma reunião de fortalecimento da cooperação entre os dois países. O encontro ocorreu no contexto da visita do presidente sul-africano, Cyril Ramaphosa, ao Brasil e reuniu representantes das duas delegações para discutir a ampliação da agenda comum em ciência, tecnologia e inovação.

Na abertura da reunião, Luciana Santos ressaltou a afinidade entre os dois países e o interesse do Brasil em aprofundar a parceria bilateral. “É fácil constatar que nossos países têm grande similaridade e complementaridade nos temas de ciência, tecnologia e inovação”, afirmou. Segundo a ministra, o MCTI tem “grande interesse em aprofundar ações de cooperação” com o ministério sul-africano.

Os ministros destacaram a convergência e similaridades entre Brasil e África do Sul em temas como bioeconomia, economia circular, oceano, ambientes inovadores e biodiversidade. Além disso, destacaram o interesse comum em aprofundar ações conjuntas nestes temas estratégicos.



Foto: Reprodução

A ministra ressaltou ainda a importância da atuação conjunta do Brasil e da África do Sul em iniciativas internacionais de pesquisa e inovação. Ao tratar da agenda de pesquisa no Atlântico Sul, Luciana afirmou que “as ações bilaterais são fundamentais para aumentar o conhecimento no Atlântico Sul, em complementação às pesquisas feitas pelo Norte Global”.

Na área espacial, as autoridades falaram do potencial de cooperação entre instituições dos dois países, incluindo possibilidades de articulação entre a Agência Espacial Brasileira (AEB), a Agência Nacional do Espaço da África do Sul e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), unidade de pesquisa vinculada ao MCTI. Entre os temas de interesse estão o monitoramento de biomas por satélites e outras frentes de pesquisa aplicada.

Do lado sul-africano, Blade Nzimande afirmou que a reunião foi uma oportunidade para “discutir formas de expandir e fortalecer a nossa parceria entre ambos os países”. O ministro destacou o caráter histórico da relação bilateral e afirmou que Brasil e África do Sul “continuam a ter e a aproveitar relações fraternais”, além de compartilharem valores ligados à cooperação, à paz e à justiça.

As oportunidades de intercâmbio em empreendedorismo inovador e em políticas públicas voltadas ao fortalecimento de ecossistemas de inovação também fizeram parte da pauta. A aproximação entre Brasil e África do Sul nessa área pode contribuir para ampliar trocas de experiências em incubação, desenvolvimento de ambientes inovadores e apoio a iniciativas de base tecnológica.

Nzimande resgatou o histórico da cooperação em ciência, tecnologia e inovação entre os dois países e lembrou que essa agenda foi formalizada em 2003. Segundo ele, a parceria já produziu resultados em diferentes frentes ao longo dos últimos anos, incluindo encontros de altos funcionários, seminários sobre inovação, intercâmbio entre startups e iniciativas conjuntas em áreas como espaço e oceanos.

**“Estamos muito felizes com o progresso e os resultados que nosso acordo de ciência, tecnologia e inovação tem atingido”**

A ministra brasileira também ressaltou a convergência entre os dois países em temas ligados à sustentabilidade e à transição energética. “Precisamos unir esforços para aumentar nossas capacidades energéticas sem aumentar a pegada de carbono”, disse. Segundo ela, o Brasil pode compartilhar experiências e desenvolver soluções conjuntas voltadas não apenas aos dois países, mas também a outras nações do Sul Global.

Ao longo da reunião, os dois lados reiteraram a disposição de manter o diálogo entre as equipes técnicas e avançar na construção de novas frentes de cooperação. A expectativa é que os entendimentos entre os ministérios contribuam para consolidar uma agenda bilateral alinhada aos desafios contemporâneos da ciência, da tecnologia e da inovação.

*Fonte: Site oficial do Governo Brasileiro*



*Foto: Reprodução*

# Mapa conclui negociação com a Turquia para garantir rota alternativa às exportações agropecuárias brasileiras

*Certificado sanitário permite trânsito e armazenamento temporário de cargas brasileiras no território turco diante das restrições no Estreito de Ormuz*

O Brasil garantiu a continuidade de uma rota alternativa via Turquia para o envio de exportações agropecuárias, diante das restrições no Estreito de Ormuz. A solução foi negociada pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa).

Com isso, a estrutura portuária turca segue como opção importante para cargas brasileiras com destino ao Oriente Médio e à Ásia Central, permitindo que as mercadorias sigam viagem sem a necessidade de passar pelo Golfo Pérsico.

Essa rota já era utilizada por exportadores brasileiros. No entanto, a Turquia passou a exigir novas regras sanitárias para produtos sujeitos ao controle veterinário oficial, como os de origem animal. Para evitar prejuízos ao fluxo das exportações, foi negociado o Certificado

Veterinário Sanitário para Produtos Sujeitos a Controles Veterinários em Trânsito Direto pela República da Turquia ou para Armazenamento Temporário com Destino à Expedição para outro País/Navio.

Na prática, o documento permite que mercadorias brasileiras, especialmente produtos de origem animal, atravessem o território turco ou fiquem armazenadas temporariamente no país antes de seguirem para o destino final.

A medida confere mais segurança e previsibilidade aos exportadores brasileiros em um momento de instabilidade nas rotas internacionais e reforça a atuação do Mapa para manter o comércio agropecuário brasileiro em funcionamento.

*Fonte: Site oficial do Governo Brasileiro*



Foto: Reprodução

# Agro brasileiro bate recorde e exporta US\$ 12,05 bilhões em fevereiro

*Resultado histórico é impulsionado pelo aumento do volume embarcado e mantém protagonismo do setor na balança comercial*

O agronegócio brasileiro exportou US\$ 12,05 bilhões em fevereiro de 2026, o melhor resultado da série histórica para o mês. O valor representa 45,8% de todas as exportações brasileiras no período.

Em comparação com fevereiro de 2025, houve crescimento de 7,4%, impulsionado principalmente pelo aumento do volume exportado, que avançou 9% em relação ao mesmo mês do ano passado. O resultado reflete a estratégia adotada pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), em parceria com outras instituições governamentais e com o setor privado, voltada à ampliação e abertura de mercados para os produtos do agro brasileiro.

Apesar do avanço nas vendas externas, o preço médio internacional registrou retração de 1,5%, acompanhando a tendência observada em índices globais de alimentos, como os divulgados pelo Banco Mundial e pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).

No mesmo período, as importações de produtos agropecuários somaram US\$ 1,5 bilhão, queda de 9,1% em relação a fevereiro de 2025. Com isso, o saldo da balança comercial do agronegócio atingiu superávit de US\$ 10,5 bilhões (10,3%).

A China permaneceu como principal destino das exportações do agro brasileiro, com US\$ 3,6 bilhões e participação de 30,5% no total exportado. Em seguida aparecem a União Europeia, com US\$ 1,8 bilhão (15,2%), e os Estados Unidos, com US\$ 802,9 milhões (7%).

O mês também registrou expansão das exportações para outros países da Ásia, com destaque para o Vietnã, que importou mais de US\$ 372,6 milhões em produtos do agro brasileiro (alta de 22,9% em relação a fevereiro de 2025), e para a Índia, com embarques de US\$ 357,3 milhões (crescimento de 171,1%).

No ranking dos principais destinos do agronegócio brasileiro em fevereiro, Vietnã e Índia ocuparam a 4ª e a 5ª posições, respectivamente.

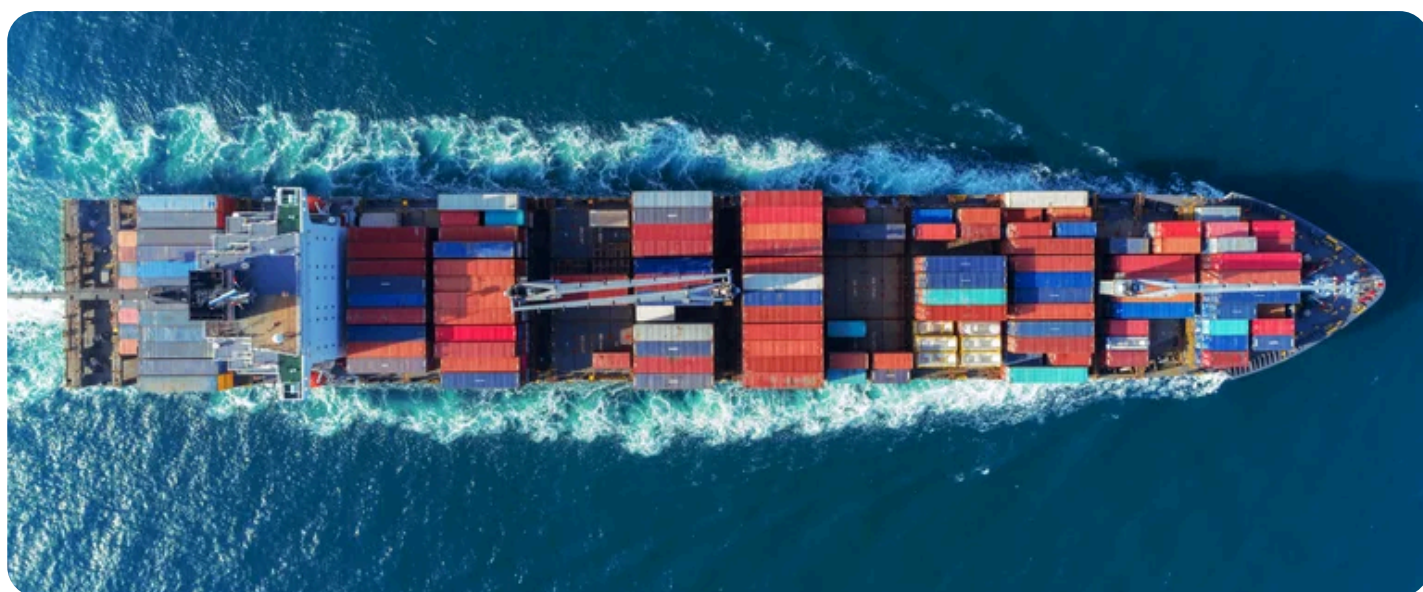


Foto: Reprodução/Gov.br

Entre os principais setores exportadores do agro brasileiro em fevereiro destacam-se o complexo soja, com US\$ 3,78 bilhões (31,4% do total exportado e alta de 16,4% em relação a fevereiro de 2025), proteínas animais, com US\$ 2,7 bilhões (22,5% do total e crescimento de 22,5%), produtos florestais, com US\$ 1,27 bilhão (10,5% de participação e recuo de 1%), café, com US\$ 1,12 bilhão (9,3% de participação e decréscimo de 0,2%), e o complexo sucroalcooleiro, com US\$ 861,35 milhões (7,1% do total e queda de 4,2%).

Além dos produtos tradicionalmente mais exportados, diversos itens que não compõem esse grupo registraram crescimento em fevereiro e reforçaram o potencial de diversificação do portfólio exportador brasileiro.

Entre eles, destacam-se:

- Óleo essencial de laranja – recorde em valor (US\$ 47,8 milhões; +28,8%) e quantidade (4,1 mil toneladas; +51,0%);
- DDG de milho – recorde em valor (US\$ 36,2 milhões; +164,2%) e quantidade (156,4 mil toneladas; +146,1%);
- Farinhas de carne, extratos e miudezas – recorde em valor (US\$ 20,1 milhões; +10,5%) e quantidade (45,7 mil toneladas; +36,9%);
- Manteiga, gordura e óleo de cacau – recorde em valor (US\$ 17,2 milhões; +25,9%);
- Óleo de milho – recorde em valor (US\$ 15,9 milhões; +49,5%) e quantidade (12,6 mil toneladas; +24,9%).

**“O Brasil amplia sua oferta, mas também amplia suas oportunidades de comércio. Foram nove novas aberturas de mercado apenas em fevereiro e 544 desde o início de 2023”**

Segundo o ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, o resultado reflete o aumento da oferta e o trabalho contínuo de ampliação de mercados.

“O Brasil caminha para colher safra recorde nos produtos vegetais e produção crescente nas proteínas animais. Esse aumento da produção amplia o excedente exportável do país e fortalece a presença do agro brasileiro no mercado internacional, demonstrando a capacidade do setor de atender à demanda global com regularidade, qualidade, sanidade e confiança”, afirmou.

Para o secretário de Comércio e Relações Internacionais do Mapa, Luís Rua, o desempenho também está relacionado à agenda de acesso a mercados.

*Fonte: Site oficial do Governo Brasileiro*



*Foto: Reprodução/Jornal de Brasília*

# Brasil e Singapura firmam parceria estratégica em tecnologia e sustentabilidade

*Memorando amplia cooperação em inovação e agenda ESG, fortalecendo a integração entre os países*

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Geraldo Alckmin, e o vice-primeiro-ministro e ministro para Comércio e Indústria de Singapura, Gan Kim Yong, assinaram nesta quarta-feira (11/3) um Memorando de Entendimento que estabelece cooperação bilateral focada em inovação tecnológica e desenvolvimento sustentável.

Em videoconferência, Alckmin afirmou que Singapura tem papel fundamental para ampliar a parceria do Brasil com a Ásia.

**“Lançamos hoje uma base institucional robusta para que todo o potencial de cooperação em inovação e sustentabilidade possa ser aproveitado ao longo dos próximos anos. Estamos certos de que nosso trabalho renderá frutos”**

O vice-presidente também destacou que o governo brasileiro trabalha para a aprovação, no Congresso Nacional, do acordo de livre comércio Mercosul-Singapura, assinado em 2023.

**“Estamos completando os requisitos legais para submeter o Acordo à aprovação do Congresso e não antevemos obstáculos políticos a essa aprovação. Em breve, portanto, seguiremos o exemplo dos nossos parceiros do Mercosul que já o ratificaram”**

Com participação de representantes dos governos e do setor empresarial de ambos os países, o acordo visa integrar os ecossistemas produtivos de ambos os países para enfrentar desafios globais e promover o crescimento econômico inclusivo a longo prazo.

O memorando prevê a criação de um grupo técnico para definir os temas prioritários para a parceria nos próximos cinco anos.

Na área de inovação, o foco recai sobre o fortalecimento de parcerias em setores de alta tecnologia, como inteligência artificial (IA), tecnologias quânticas, semicondutores, cibersegurança e agritechs. Está prevista, também, a imersão de mercado para empresas e startups de ambos os países.

No lado da sustentabilidade, a cooperação abrangerá áreas críticas como mercados de carbono, energias renováveis, biocombustíveis, economia circular e mecanismos financeiros inovadores para a biodiversidade. A adoção de práticas ASG (Ambientais, Sociais e de Governança) pelo setor empresarial também será uma prioridade compartilhada.

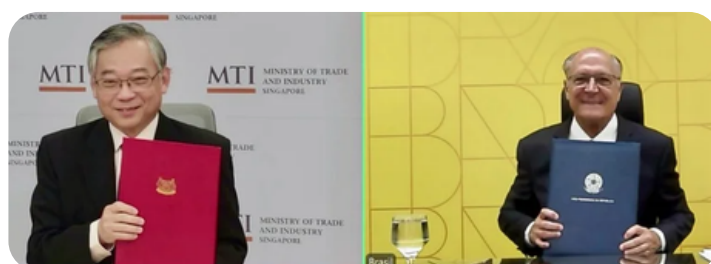


Foto: Reprodução

“Por meio desse quadro, nós queremos ajudar a fortalecer a cooperação em ambos os países, especialmente quando falamos de segurança alimentar, que é tão importante tanto para o Brasil quanto para Singapura. Então, esse memorando vai complementar o nosso acordo de livre comércio entre Mercosul e Singapura”, afirmou Gan Kim Yong.

Fonte: Site oficial do Governo Brasileiro

# Medidas sobre combustíveis devem ser revertidas com queda do petróleo

*Haddad afirma que ações são temporárias e visam conter impactos da alta internacional do diesel*

As medidas de renúncia fiscal e de subvenção sobre o óleo diesel são temporárias, assegurou o ministro Fernando Haddad, durante a solenidade realizada no Palácio do Planalto. Ou seja, deverão ser revertidas assim que reduzidas as pressões internacionais sobre o preço do petróleo provocadas pelo estado de guerra no Oriente Médio.

“Não existe impacto fiscal nem a favor, nem contra. Não temos arrecadação prevista, nem renúncia prevista com essa medida”, disse o ministro da Fazenda. Ele explicou que a alíquota de 12% de imposto de exportação para o petróleo entra em vigor nesta quinta-feira, mas manifestou expectativa de que a instabilidade no Oriente Médio se reverta o mais rapidamente possível, levando a cenário que permita ao Brasil reverter essa tributação (que ajuda a bancar a subvenção, também temporária).

Haddad destacou que a alta do petróleo foi gerada por um fator exclusivamente externo (a decisão dos Estados Unidos em declarar guerra ao Irã) e que a construção da paz é solução para acabar com tamanha instabilidade.

**“Estamos trabalhando no sentido de reivindicar a paz. Talvez o presidente Lula seja o chefe de Estado do mundo que mais fala em paz, que mais fala em reforma dos órgãos de segurança da ONU em busca de um mundo de paz”**

“Para que o povo, o consumidor brasileiro, a pessoa que compra alimentos para a mesa de casa não seja afetada por um problema que não foi causado pelo Brasil”, ressaltou Fernando Haddad.

Segundo apontou o ministro da Fazenda, a atual robustez da economia nacional e a posição brasileira no setor de petróleo (hoje o Brasil é o quinto maior produtor de petróleo do mundo) permitem — e exigem — ações contra altas injustificadas do diesel no mercado interno. Essa contenção, apontou, impedirá prejuízos à economia doméstica, seja nos preços finais de produtos ou na produtividade dos diversos segmentos (Haddad destacou, entre outros pontos, a importância do óleo diesel para o escoamento da safra agrícola e para o plantio das lavouras).

“A maior pressão que o mercado de combustíveis sofre, hoje, vem exatamente do diesel; não vem da gasolina”, detalhou. O ministro explicou que o preço da gasolina está dentro da política de preços da Petrobras. Por isso, as medidas anunciadas nesta quinta-feira foram focadas especificamente ao mercado de óleo diesel.

## Minas e Energia

“O Brasil é um dos poucos países do mundo com absoluta condição de ser autossuficiente em toda a cadeia produtiva do petróleo e, com isso, garantir soberania”, disse o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira. “Infelizmente, o modelo criminoso de venda dos nossos ativos nacionais, do governo anterior, fez que diminuíssemos a produção de produtos refinados no Brasil”, detalhou o titular do MME.

O ministro da Fazenda acrescentou que o Brasil tem, atualmente, polos de processamento com potencial para ampliar a produção interna. “Queremos estimular as refinarias a utilizar o máximo da capacidade de processamento já instalado. Temos capacidade de processar mais, aqui [no Brasil]. E queremos estimular essas refinarias a processarem no limite de suas possibilidades”, declarou Haddad.

### Vantagens comparativas

“O Brasil tem muitas vantagens comparativas em relação aos demais países. O país é credor líquido Internacional, não temos dívida externa. Nossas reservas garantem um colchão importante de segurança em circunstâncias como esta. O Brasil tem segurança alimentar e segurança energética. Nossa conta petróleo é superavitária há muito tempo. A Petrobras continua aumentando a sua produção. O Brasil é o quinto maior produtor de petróleo e exporta uma quantidade substancial de petróleo, parte do nosso superávit comercial vem da exportação de óleo”, relatou o ministro da Fazenda.

Haddad destacou que o recente cenário de instabilidade internacional sobre o preço do petróleo não justifica aumentos dos preços do óleo diesel no mercado doméstico “Os custos de produção desse setor não sofreram nenhuma mudança significativa no país; as empresas que prospectam petróleo no Brasil estão com custos estáveis.

Assim como o consumidor não pode ser prejudicado pela guerra, o produtor também não pode ser favorecido pela guerra. O produtor, que mantém seus custos de produção, não pode, em virtude de um conflito externo que nada tem a ver com a economia brasileira, começar a auferir lucros extraordinários, abusivos”, afirmou Haddad.

**“Estamos muito confortáveis que, com essas medidas, vamos conseguir ter êxito e não permitir que os efeitos da guerra afetem o dia a dia do brasileiro”**

As medidas anunciadas nesta quinta-feira recolocam o cenário interno em situação de estabilidade, apontou Haddad. “Criamos um equilíbrio entre produtores e consumidores [de diesel]. Os produtores, que estão auferindo lucros extraordinários [com as exportações de petróleo brasileiro] vão contribuir com o imposto de exportação temporário”, explicou o ministro da Fazenda. Ao mesmo tempo, essa medida protege os consumidores brasileiros das oscilações do preço internacional do petróleo.

*Fonte: Site oficial do Governo Brasileiro*



Foto: Reprodução

# Governo anuncia medidas para conter impacto da alta do petróleo

*Pacote emergencial busca reduzir efeitos sobre combustíveis, transporte e cadeia produtiva*

O Governo Federal anunciou um conjunto de medidas emergenciais para mitigar os efeitos econômicos da recente escalada do preço internacional do petróleo, em um contexto de forte instabilidade geopolítica no Oriente Médio e risco de descontrole nos mercados globais de energia. As medidas foram formalizadas por meio da edição de Medida Provisória e de três decretos presidenciais.

O objetivo das medidas é reduzir pressões sobre os preços de combustíveis, transporte e cadeias produtivas, preservar o funcionamento da economia e garantir a estabilidade do abastecimento doméstico. O pacote tem caráter temporário, excepcional e anticíclico, voltado a enfrentar um choque externo de preços que afeta diretamente o custo da energia e da logística no país.

A estratégia combina instrumentos de proteção ao mercado interno, desoneração tributária emergencial e mecanismos regulatórios voltados a mitigar distorções geradas pela forte elevação dos preços internacionais do petróleo. O conjunto de medidas busca proteger consumidores e setores produtivos dos efeitos mais imediatos do choque externo, preservando a previsibilidade econômica e a estabilidade do abastecimento.

Pelas estimativas preliminares do Ministério da Fazenda, o conjunto de medidas mobiliza até R\$ 10 bilhões em subvenção ao diesel e uma desoneração temporária de aproximadamente R\$ 6,7 bilhões decorrente da redução de PIS/Pasep e Cofins sobre o combustível durante os quatro meses iniciais de vigência da Medida Provisória.

A MP também institui alíquota de 12% de imposto de exportação sobre óleos brutos de petróleo, cuja arrecadação potencial pode alcançar cerca de R\$ 15,6 bilhões no mesmo período, a depender das condições de mercado e do volume exportado. As estimativas consideram o período inicial de quatro meses de vigência das medidas.

## Subvenção ao diesel para reduzir impacto sobre o transporte

Uma das medidas autoriza a concessão de subvenção econômica à comercialização de óleo diesel de uso rodoviário por produtores e importadores no território nacional.

O objetivo é suavizar o impacto imediato da alta do petróleo sobre o preço do diesel — combustível central para o transporte de cargas e passageiros no país e para o funcionamento de diversas cadeias produtivas.

A política estabelece teto de até R\$ 10 bilhões em recursos públicos para financiar a subvenção. O valor efetivo dependerá do volume comercializado e do nível de compensação necessário para atenuar os repasses do aumento internacional de preços ao mercado doméstico.



Foto: Reprodução/Gov.br

## Desoneração temporária de PIS/Cofins sobre o diesel

O pacote também prevê redução temporária da incidência de PIS/Pasep e Cofins sobre o diesel, com o objetivo de diminuir o custo do combustível no mercado interno.

Considerando que a medida terá duração inicial de quatro meses, a perda de arrecadação projetada é de aproximadamente R\$ 6,7 bilhões no período.

A desoneração tem caráter emergencial e busca evitar que oscilações abruptas no preço internacional do petróleo se traduzam em aumentos imediatos no custo do transporte e da logística no país.

## Imposto de exportação sobre petróleo bruto

A Medida Provisória também institui alíquota de 12% de imposto de exportação sobre óleos brutos de petróleo, com mecanismo de redução automática a zero caso o preço internacional do petróleo retorne a patamares mais baixos.

O instrumento tem caráter regulatório e temporário e busca mitigar distorções decorrentes do choque internacional de preços, evitando ganhos extraordinários ao longo da cadeia produtiva e incentivando maior direcionamento da produção ao refino doméstico e ao abastecimento interno.

Nesse contexto, parte da renda adicional gerada pela valorização do petróleo no mercado internacional poderá contribuir para estabilizar o mercado doméstico de combustíveis e proteger consumidores e setores produtivos.

## Sem controle de preços e com reforço da fiscalização

Importante ressaltar que as medidas não implicam controle de preços de combustíveis. A formação de preços segue ocorrendo em ambiente de mercado.

Os instrumentos anunciados buscam reduzir a transmissão imediata de choques internacionais para a economia doméstica e coibir eventuais práticas abusivas na cadeia de distribuição, preservando a previsibilidade dos agentes, a estabilidade de preços e a suavização do ciclo econômico.

Nesse contexto, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) deverá detalhar critérios para identificar práticas abusivas, como retenção injustificada de estoques ou aumentos incompatíveis com a evolução dos custos.

## Resposta emergencial a um choque internacional de energia

A elevação do preço do petróleo amplia a renda das exportações brasileiras de óleo cru, mas também pressiona custos domésticos associados a combustíveis, transporte e cadeias produtivas intensivas em frete.

As medidas respondem a um choque internacional de preços de energia e têm como objetivo reduzir a transmissão imediata desse movimento para a economia doméstica.

Diante desse cenário, o conjunto de políticas busca garantir que choques externos de preços não se traduzam em perdas para consumidores e para o funcionamento da economia, ao mesmo tempo em que parte da renda extraordinária gerada pelas exportações de petróleo pode contribuir temporariamente para estabilizar o mercado interno.

As ações integram a estratégia do Governo Federal de fortalecer a resiliência da economia brasileira diante de períodos de turbulência nos mercados internacionais.

Fonte: Site oficial do Governo Brasileiro



Foto: Divulgação/Gov.br

# Zona Franca de Manaus atrai R\$ 1,17 bilhão em novos investimentos

*Conselho aprova 83 projetos com potencial de gerar quase 3 mil empregos e impulsionar a indústria na região*



Foto: Cadu Gomes/VPR e colaboração de Ester Carvalho/Suframa

Em reunião conduzida pelo vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Geraldo Alckmin, o Conselho de Administração da Suframa (CAS) aprovou, nesta segunda-feira (30/3), 83 projetos industriais que, juntos, somam R\$ 1,17 bilhão em investimentos. O faturamento total projetado é de R\$ 7,29 bilhões, com potencial de geração de 2.880 novos postos de trabalho.

Durante a abertura da reunião, o ministro Geraldo Alckmin destacou que o sucesso da Zona Franca de Manaus está diretamente ligado à alta tecnologia e ressaltou as ações da Nova Indústria Brasil (NIB).

**“O sucesso da Suframa e da Zona Franca de Manaus está na inovação e alta tecnologia, acho que esse deve ser o foco”**

## Impulso ao setor produtivo

Na última reunião do CAS à frente do MDIC, o ministro destacou os R\$ 25 bilhões em novos recursos do BNDES disponibilizados para a indústria nacional. São R\$ 15 bilhões do Brasil Soberano para apoiar setores estratégicos afetados pelo cenário de conflitos internacionais; mais R\$ 10 bilhões para indústria 4.0 e indústria verde. “Tudo que levar à eficiência energética, à compra de máquinas, equipamentos, bens e capital, vai ser financiados”, explicou.

Alckmin também aproveitou para fazer um balanço de como a NIB vêm impulsionando o setor produtivo. No pilar da inovação, o ministro reforçou o foco em agregar valor por meio de alta tecnologia e celebrou os recursos de R\$ 108 bilhões disponibilizados via BNDES, Embrapii e Finep com taxa TR.

A inserção internacional foi destaque do eixo exportações. Alckmin apontou o avanço do país na conquista de mercados estratégicos. Ele destacou as aprovações dos acordos Mercosul-Singapura, Mercosul-EFTA e a vigência provisória do tratado com a União Europeia, que abre as portas para um mercado de US\$ 22 trilhões.

O ministro do MDIC também destacou, no eixo da sustentabilidade, o recorde de R\$ 3,7 bilhões do Fundo da Amazônia, em financiamento e recurso não reembolsável, e os recursos do BNDES para aquisição de “máquinas verdes”, incentivando a eficiência energética e o desenvolvimento da bioeconomia na região.

Além disso, Alckmin anunciou o lançamento do Plano Nacional de Bioeconomia na próxima quarta-feira (1/04).

**“Isso abre uma oportunidade enorme para a gente fazer mais complementariedade econômica e atrair investimentos para o Brasil”**

**“Estamos com 10 startups já instaladas, quatro patentes já registradas no INPI e captação de R\$ 80 milhões junto ao setor privado”**

No eixo da competitividade, Alckmin ressaltou o combate à pirataria no setor de eletroeletrônicos e a redução da burocracia com o Portal Único de exportação e importação, projetado para enxugar R\$ 40 bilhões do “Custo Brasil”.

“Temos que focar na redução do Custo Brasil. Não é fácil competir com a Ásia, que tem custos baixos e escala. Por isso, estamos desburocratizando e simplificando”, afirmou.

*Fonte: Site oficial do Governo Brasileiro*



Foto: Cadu Gomes/VPR

# Portos e terminais do Sudeste movimentam 56,5 milhões de toneladas em janeiro

*Crescimento registrado foi de 21% em relação ao primeiro mês de 2025*

A movimentação de cargas nos portos e terminais da região Sudeste alcançou 56.472.876 milhões de toneladas em janeiro. O volume representa crescimento de 20,84% em relação ao mesmo período de 2025, que registrou 46,7 milhões de cargas movimentadas.

Os dados são da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e foram compilados pelo Ministério de Portos e Aeroportos.

**“O Sudeste segue como o principal corredor logístico do país, sustentado pela diversidade de cargas e integração entre portos públicos e terminais privados”**

O desempenho regional foi sustentado principalmente pelos granéis sólidos, que somaram 26 milhões de toneladas, com alta de 22% frente a janeiro de 2025.

Os granéis líquidos alcançaram 22,2 milhões de toneladas, registrando crescimento de 41%, fortemente influenciados pela movimentação de petróleo e derivados. Já as cargas em contêineres responderam por 5,6 milhões de toneladas, enquanto a carga geral atingiu 2,7 milhões de toneladas.

## Movimentação por instalações portuárias

A movimentação de cargas nos portos organizados cresceu 7% em relação a janeiro de 2025, alcançando 16,8 milhões de toneladas. Santos (SP), que tem o maior porto do Brasil, liderou a movimentação no Sudeste com 10,1

milhões de toneladas, 14% a mais do que o registrado anteriormente, o porto paulista também respondeu por 9,7% de toda a carga movimentada na região.

**“Estamos falando de portos que operam em alta escala, com vocações bem definidas, o que garante eficiência, previsibilidade e competitividade ao comércio exterior brasileiro”**

Na sequência do ranking, aparecem Itaguaí, com 4,74 milhões de toneladas; Rio de Janeiro (RJ), com 1,07 milhões de toneladas; Vitória (ES), que movimentou 706 mil toneladas; e São Sebastião (SP), com 159,7 mil toneladas passando pelo porto.

Segundo Costa Filho, a concentração dessas grandes instalações portuárias é um diferencial competitivo da região.



Foto: Vosmar Rosa/MPor

## Principais mercadorias

O Estatístico Aquaviário da Antaq aponta petróleo e derivados (óleo bruto) como a principal mercadoria movimentada na região (32,5% do total), com 18,3 milhões de toneladas, crescimento de 46,7%, refletindo a força do setor energético do Sudeste para o Brasil já no início do ano.

O minério de ferro aparece como a segunda carga mais movimentada, alcançando 17,9 milhões de toneladas, com alta de 21,5%. Cargas em contêineres somaram 5,6 milhões de toneladas. Já os derivados de petróleo (sem óleo bruto) totalizaram 3,2 milhões de toneladas, com alta de 20,8% na comparação com janeiro de 2025, mantendo volumes relevantes na matriz de cargas regionais. O açúcar também registra movimentação expressiva no Sudeste de 1,6 milhão de toneladas e crescimento de 70%, impulsionada pelo agronegócio.

## Tipos de navegação

Do total movimentado nos portos do Sudeste, 40,7 milhões de toneladas foram transportadas na navegação de longo curso; operações entre Brasil e outros países.

Esse tipo de transporte registrou crescimento de 20,76% em relação a janeiro de 2025, demonstrando o fortalecimento da integração da região com os mercados internacionais neste início de ano.

Já a cabotagem, que é o transporte de cargas entre portos brasileiros, somou 12,9 milhões de toneladas no período, com alta de 23,5% na comparação com janeiro do ano passado. Essa modalidade é fundamental para a logística nacional, pois permite o deslocamento de grandes volumes de mercadorias ao longo da costa, reduzindo custos e complementando o transporte rodoviário.

Ao analisar as mercadorias que entraram e saíram do país pelos portos do Sudeste, os dados da Antaq indicam ainda que as exportações cresceram 26,25%, enquanto as importações registraram leve retração, de 1,71%, movimento que indica ajustes pontuais no volume de mercadorias.

*Fonte: Site oficial do Governo Brasileiro*



Foto: Divulgação/Canal Rural

# Celebração dos 35 anos do MERCOSUL

*Formalizado pelo Tratado de Assunção, de 1991, o MERCOSUL celebrou no dia 26 de março 35 anos de existência*

Ao longo de suas três décadas e meia, o comércio intrabloco multiplicou-se por onze, alcançando US\$ 51 bilhões em 2025. Nos últimos três anos, concluíram-se acordos de livre comércio com Singapura, Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA) e União Europeia. Em 2025, o fluxo comercial externo do bloco superou US\$ 800 bilhões, evidenciando sua crescente inserção global.

O Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM) tem reduzido assimetrias entre os países membros, financiando projetos em áreas como infraestrutura, integração produtiva e coesão social.

O Estatuto da Cidadania do MERCOSUL, por sua vez, consolida direitos que facilitam a vida dos cidadãos do bloco, promovendo a livre circulação,

o acesso a serviços públicos e a igualdade de oportunidades entre nacionais dos países membros.

A cooperação avança, ainda, em áreas como o combate ao crime organizado e mecanismos de cooperação em políticas públicas, proteção de mulheres e enfrentamento da violência de gênero.

Ao completar 35 anos, o Brasil reafirma a relevância do MERCOSUL como espaço de concertação política, promoção do livre comércio e do desenvolvimento sustentável e fortalecimento da democracia.

*Fonte: Site oficial do Governo Brasileiro*



Foto: Reprodução/Mercosur

# Brasil e Bolívia ampliam acordo aéreo e eliminam limites de voos

*Novo memorando libera operações conforme demanda e fortalece transporte de cargas entre os países*



Foto: Reprodução/Gov.br

O Brasil e a Bolívia firmaram um novo Memorando de Entendimento que amplia e moderniza o acordo bilateral de serviços aéreos entre os dois países, originalmente assinado em 1951. A medida, foi celebrada entre a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e a autoridade aeronáutica da Bolívia nesta segunda-feira, 30 de março, em São Paulo (SP).

A iniciativa fortalece a conectividade entre os países, amplia oportunidades para as empresas aéreas e traz mais segurança jurídica para as operações, especialmente no transporte de cargas.

Conforme o memorando e o projeto de Acordo de Serviços Aéreos (ASA), deixará de existir quaisquer limitações de voos entre os dois países. Na prática, isso significa que as empresas aéreas poderão definir livremente a quantidade de voos de passageiros e de carga, de acordo com a demanda do mercado de cada país.

O entendimento também consolida, na relação bilateral, a possibilidade de realização de voos exclusivamente cargueiros, com maior flexibilidade operacional, ampliando oportunidades logísticas e comerciais entre os dois mercados.

## Mais conectividade e integração

A assinatura do Memorando representa a atualização de um instrumento histórico, firmado há mais de sete décadas, e que torna o marco bilateral mais moderno, aberto e alinhado às melhores práticas internacionais e às necessidades atuais do setor aéreo.

A ampliação da liberdade operacional favorece o aumento da oferta de voos, estimula a concorrência, fortalece o transporte de cargas e contribui para o desenvolvimento econômico, a integração regional e o fortalecimento das relações aerocomerciais entre Brasil e Bolívia.

A medida também reforça a cooperação bilateral no setor de aviação civil e consolida um ambiente regulatório mais moderno e seguro, com benefícios para empresas aéreas, operadores logísticos e passageiros.

A Anac segue atuando para ampliar a conectividade internacional do Brasil, promovendo acordos que garantam mais oportunidades para empresas aéreas e mais opções de destinos para os passageiros.

Fonte: Site oficial do Governo Brasileiro

# Programa Navegue Simples avança na desburocratização do setor portuário

*Calendário de ações para 2026 é definido com foco em inovação, eficiência e atração de investimentos*

O Comitê Técnico Interinstitucional do programa Navegue Simples, coordenado pelo Ministério de Portos e Aeroportos, realizou na última sexta-feira (13) a primeira reunião ordinária de 2026 traçando a rota para a “2ª Onda” de entregas. O encontro avaliou resultados e definiu metas para destravar investimentos e modernizar a gestão portuária brasileira, com foco em segurança jurídica e na redução do chamado “Custo Brasil”.

Na reunião, foi criado um Grupo de Trabalho (GT) focado em novas oportunidades de negócios. O objetivo é estudar e prospectar tendências tecnológicas para o uso não convencional de ativos portuários públicos, mapeando tendências em transição energética, combustíveis sustentáveis e saneamento, alinhando a infraestrutura nacional às demandas globais.

**“O Navegue Simples não é apenas um esforço de gestão, é uma virada de chave na mentalidade logística do país. Debater os rumos do programa e ouvir o setor é fundamental”**

Também foi apresentado o painel de ações, em elaboração, que permitirá o acompanhamento online das atividades do programa por GT. No ambiente, será possível realizar a integração com sistemas externos de outros órgãos como a Secretaria de Patrimônio da União (SPU), Secretaria Nacional de Portos (SNP) e Ibama. O objetivo é dar transparência às ações e facilitar a interlocução entre os membros dos seis GTs que compõem o Navegue Simples.

Em paralelo, o Governo trabalha em uma nova portaria interministerial para substituir as regras atuais de cessão de águas públicas (Portaria SPU 7.145/2018), com foco em garantir segurança jurídica para instalações fora da área do porto organizado.

Há também um esforço para reduzir o tempo de reequilíbrio econômico-financeiro de contratos de arrendamento, que hoje gira em torno de dois anos, o que inclui a publicação de um novo Manual de EVTEA (Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental) ainda neste ano.

Segundo Renildo Barros, Superintendente de Outorgas da Antaq, “o objetivo é conferir maior autonomia, celeridade e eficiência aos investimentos portuários. O EVTEA representa uma etapa complexa no processo decisório e, somado ao acompanhamento dos investimentos, acaba demandando importante tempo e recursos tanto do setor privado quanto do poder público. A proposta é tornar esse processo mais ágil, estimulando novos investimentos e reduzindo entraves burocráticos.”

## Meio Ambiente

A sustentabilidade e a inovação no setor portuário também foram abordadas com no debate sobre a adaptação das instruções normativas do Ibama às recentes alterações na Lei Geral de Licenciamento Ambiental (15.190/2025) e a consulta pública em andamento para aprimoramento da Política Nacional de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Portuária.



Foto: Reprodução/Gov Br

**“Avançam iniciativas voltadas à compatibilização de procedimentos, à redução de sobreposições regulatórias e ao desenvolvimento de soluções que conciliem expansão da infraestrutura portuária com sustentabilidade e proteção ambiental”**

O programa também tem promovido maior integração entre os órgãos públicos e o setor privado, fortalecendo a coordenação institucional e a troca de informações.

“Essa sinergia tem contribuído para tornar os processos mais previsíveis e eficientes, inclusive em temas ambientais, ao aproximar as áreas

responsáveis pelo planejamento portuário, gestão patrimonial e licenciamento ambiental”, afirma Koike.

## Calendário

Para 2026, o comitê do Programa Navegue Simples confirmou o calendário de ações: nos dias 5 e 6 de maio, será realizada a Caravana da Inovação no Porto de Paranaguá (PR); os portos de Maceió (AL), Rio Grande (RS) e Navegantes (SC) têm datas marcadas nos meses de julho e setembro.

O Rio de Janeiro recebe em junho o evento Inova Portos e no dia 30 de setembro será lançada a 2ª Onda do programa.

*Fonte: Site oficial do Governo Brasileiro*



Foto: Alexander Ferraz

# SINDICOMIS e ACTC ampliam atuação institucional no comércio exterior

*Entidades intensificam articulação com órgãos reguladores e Congresso para fortalecer a logística e a competitividade do Brasil*

O SINDICOMIS NACIONAL e a ACTC estão intensificando sua atuação institucional junto a órgãos reguladores, ao Congresso Nacional e a entidades estratégicas do setor de infraestrutura com o objetivo de fortalecer a competitividade logística do Brasil e defender os interesses das empresas que atuam diretamente no comércio exterior.

A iniciativa integra uma agenda ampla de diálogo institucional com autoridades públicas, agências reguladoras e representantes do setor produtivo, além da organização de encontros técnicos e institucionais no âmbito do Comitê Técnico de Comércio Exterior e Fiscal – COMITEC.

## Participação ativa na agenda regulatória

Entre as ações em curso está a participação das entidades na Reunião Participativa promovida pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), no contexto da Agenda Regulatória 2025–2028. O encontro discutirá a definição dos serviços e das responsabilidades dos terminais portuários de contêineres em operações relacionadas ao trânsito aduaneiro e ao despacho sobre águas.

A participação das entidades nesse debate é considerada fundamental para assegurar que a proposta regulatória reflita a realidade operacional do setor logístico e preserve a eficiência das operações portuárias, bem como o equilíbrio concorrencial e a segurança jurídica das empresas.

## Debate legislativo e relações de trabalho

As entidades também acompanham de forma ativa o debate legislativo relacionado à proposta de alteração da jornada de trabalho e ao eventual fim da escala 6x1.

O tema vem sendo discutido no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE e no Congresso Nacional.

## Debate legislativo e relações de trabalho

As entidades também acompanham de forma ativa o debate legislativo relacionado à proposta de alteração da jornada de trabalho e ao eventual fim da escala 6x1. O tema vem sendo discutido no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE e no Congresso Nacional.

Nesse contexto, o SINDICOMIS e a ACTC têm buscado contribuir tecnicamente para que eventuais mudanças considerem as particularidades do setor logístico, cuja operação muitas vezes envolve cadeias internacionais de suprimento que funcionam de forma contínua.

## Infraestrutura e articulação institucional

Paralelamente, as entidades iniciaram uma agenda de trabalho conjunta com o Instituto Brasileiro de Infraestrutura (IBI) e ampliaram o diálogo com a Frente Parlamentar Mista de Portos e Aeroportos (FPPA),



Foto: Reprodução/Sindicomis

com o objetivo de discutir iniciativas voltadas à modernização da infraestrutura logística e ao fortalecimento do comércio exterior brasileiro.

Outro ponto relevante da agenda institucional envolve a interlocução com a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), especialmente em temas relacionados ao transporte aéreo de cargas e às responsabilidades dos agentes e intermediários logísticos nas cadeias internacionais de transporte.

## COMITEC como espaço estratégico de diálogo

Todas essas discussões deverão convergir para uma série de eventos institucionais a serem organizados no âmbito do COMITEC, reunindo representantes do setor público, especialistas e lideranças empresariais para discutir soluções estruturais voltadas à melhoria do ambiente logístico brasileiro.

“O setor logístico é parte essencial da competitividade do comércio exterior brasileiro. Nosso compromisso é garantir que as decisões regulatórias e legislativas considerem a realidade operacional das empresas que fazem a logística internacional acontecer todos os dias”

Com essa agenda institucional ampliada, as entidades reforçam seu papel como interlocutoras qualificadas do setor logístico brasileiro e ampliam sua contribuição para a construção de um ambiente regulatório mais moderno, eficiente e alinhado às necessidades do comércio exterior.

*Fonte: Sindicomis*



Foto: Reprodução/IA

# Leilão do Galeão garante R\$ 2.9 bilhões e inaugura nova fase da concessão do aeroporto

*Certame na B3 reestrutura contrato, garante investimentos e acompanha crescimento da movimentação no terminal*

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) e a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) realizaram nesta segunda-feira (30), na B3, em São Paulo, o leilão de venda assistida do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro – Antônio Carlos Jobim, o Galeão. O procedimento integra a solução consensual construída com o objetivo de readequar o contrato de concessão e garantir a continuidade das operações para um dos mais importantes portões de entrada do país. Após disputa de cerca de 1 hora e quase 30 lances de viva-voz, a concessionária Aena arrematou o terminal do Rio de Janeiro com proposta de R\$ 2.9 bilhões, ágio superior a 210%.

Para o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho o leilão representa um momento histórico para o Brasil. “A gente tem aqui hoje um resultado muito positivo para a aviação nacional e para o país como um todo. Este leilão é uma demonstração clara de que as diferenças constroem as convergências e aqui tudo funcionou a favor do Galeão. É por isso que precisamos fortalecer, cada vez mais, a construção coletiva”, ressaltou. Costa Filho também enfatizou que o Brasil vem se tornando cada vez mais um grande player na economia globalizada: “aqui nós temos bons projetos, segurança jurídica e instituições que funcionam bem. Temos também o maior volume de concessões da história nacional, o equivalente a mais de R\$ 300 bilhões em contratos assinados nas concessões de portos, aeroportos, rodovias, ferrovias, saneamento, petróleo e gás”, destacou.

**“É por isso que precisamos fortalecer, cada vez mais, a construção coletiva”, ressaltou. Costa Filho também enfatizou que o Brasil vem se tornando cada vez mais um grande player na economia globalizada”**

Participaram do certame três grupos: a atual concessionária RIOgaleão, a espanhola Aena e a suíça Zurich Airport. A atual concessionária, a RIOgaleão é formado pela gestora brasileira Vinci Compass e pela operadora internacional Changi, de Singapura.

## Modelo

O edital do leilão prevê ainda que a controladora faça uma contribuição variável correspondente a 20% do faturamento bruto da concessão até 2039, além de assumir todos os ativos, passivos, obrigações e direitos relativos ao Galeão.

A operação também formaliza a saída da Infraero da estrutura societária do aeroporto, que detinha 49% das ações da concessionária. Este novo acordo trouxe mudanças estruturais e modernização regulatória, essenciais para a sustentabilidade e o crescimento do Galeão.

O diretor-presidente da Agência Nacional de Aviação Civil, Tiago Faierstein, destacou o resultado do leilão e ressaltou o trabalho conjunto dos órgãos para a realização do certame. “O que aconteceu aqui hoje foi a concretização de uma iniciativa construída em uma câmara de consenso realizada pelo Tribunal de Contas da União. O sucesso do leilão também se deve ao TCU, por ter aberto essa oportunidade de renegociação de um contrato tão importante para o país. Unindo esforços entre TCU, Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e o MPor, conseguimos realizar esse primeiro teste de mercado para os contratos aeroportuários do Brasil”, finalizou.



Foto: Reprodução/CNN

A repactuação do contrato é resultado de um processo conduzido em conjunto com o Tribunal de Contas da União (TCU), a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e demais órgãos envolvidos, que buscou uma solução negociada para garantir a continuidade da concessão e preservar os investimentos já realizados no aeroporto.

## Reequilíbrio e retomada

O leilão ocorre após um período de reestruturação do Galeão, que enfrentou queda na demanda nos anos seguintes aos grandes investimentos realizados para a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, cenário agravado pela pandemia de Covid-19.

Nos últimos anos, medidas adotadas em conjunto por diferentes esferas de governo buscaram reequilibrar a operação aeroportuária no Rio de Janeiro. Entre elas, está o limite de movimentação no Aeroporto Santos Dumont, com o objetivo de distribuir melhor o fluxo entre os terminais e otimizar o uso da infraestrutura existente.

Os efeitos dessa reorganização já aparecem nos números. Em 2023, os aeroportos Santos Dumont e Galeão movimentaram, juntos, 18,9 milhões de passageiros. Já em 2025, o volume subiu para 23,5 milhões, indicando a recuperação da demanda e maior equilíbrio na operação entre os dois aeroportos.

Tomé Franca, secretário-executivo do Ministério de Portos e Aeroportos, ressaltou a importância do certame para a aviação do Rio de Janeiro e do Brasil. "realizamos mais do que um leilão: firmamos um novo pacto de desenvolvimento para o estado e para o Brasil. Pensamos a concessão de olho no futuro.

A curva de aumento da movimentação de passageiros no Brasil é um fato que vem se consolidando nos últimos três anos e exigirá um Galeão preparado. São mais brasileiros voando, mais aeronaves pousando e decolando, fazendo nossa economia girar. E nada mais correto do que termos o maior aeroporto do Brasil apto a dar conta da demanda futura", enfatizou.

O modelo de venda assistida permite a continuidade da concessão com novas bases contratuais, substituindo a relicitação inicialmente prevista e incorporando práticas mais recentes de regulação do setor. Entre as mudanças estão a revisão de obrigações, a exclusão de exigências como a construção de uma terceira pista e a adoção de mecanismos de reequilíbrio econômico-financeiro.

*Fonte: Site oficial do Governo Brasileiro*



Foto: Vosmar Rosa/MPor

# Governo libera R\$ 15 bilhões para reforçar setor produtivo

*Plano Brasil Soberano amplia crédito para empresas exportadoras em meio a instabilidade global*

Em meio às turbulências nos mercados internacionais causadas pela guerra no Irã, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, editou, nesta terça-feira, 24, a Medida Provisória nº 1.345/2026 que cria linhas de crédito de R\$ 15 bilhões do Plano Brasil Soberano, sob a gestão do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). No mesmo dia, também sancionou a Lei nº 15.359/2026, que cria o Sistema Brasileiro de Crédito Oficial à Exportação. As medidas foram publicadas na edição desta quarta-feira (25) do Diário Oficial da União.

**“O governo do presidente Lula mais uma vez se antecipa para apoiar a indústria brasileira e preservar empregos. Os recursos serão fundamentais para garantir às empresas produtividade e competitividade no mercado internacional”**

Os recursos do Brasil Soberano vão apoiar as empresas brasileiras exportadoras e aquelas relevantes para a balança comercial nacional em meio a razões geopolíticas e de instabilidade internacional, como é o caso daquelas afetadas pela guerra no Oriente Médio e as que ainda enfrentam as medidas tarifárias impostas pelo governo do Estados Unidos.

O governo do presidente Lula mais uma vez se antecipa para apoiar a indústria brasileira e preservar empregos. Os recursos serão fundamentais para garantir às empresas produtividade e competitividade no mercado internacional”, afirmou o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin.

Serão até R\$ 15 bilhões em recursos que poderão utilizar: o superávit financeiro do Fundo de Garantia à Exportação (FGE), apurado em 31 de dezembro de 2025, inclusive do principal; o superávit financeiro, apurado em 31 de dezembro de 2025, de fontes supervisionadas por unidades do Ministério da Fazenda; e outras fontes orçamentárias. Terão direito às linhas de crédito as empresas exportadoras de bens industriais e seus fornecedores e aquelas que atuam em setores industriais com relevância no comércio exterior brasileiro.

As linhas de crédito vão financiar: capital de giro; aquisição de bens de capital ou investimentos para adaptação da atividade produtiva; investimentos que propiciem a ampliação da capacidade produtiva ou adensamento da cadeia; investimentos em inovação tecnológica ou adaptação de produtos, serviços e processos; e outras hipóteses, conforme estabelecido em ato conjunto dos Ministros de Estado do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços e da Fazenda.

As condições, encargos financeiros, prazos e demais normas regulamentadoras das linhas de financiamento serão estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Os ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços definirão os critérios de elegibilidade às linhas de financiamento e demais normas complementares necessárias à implementação.



Foto: Ricardo Stuckert/PR

“No ano passado, o Brasil Soberano aprovou mais de R\$ 16 bilhões em crédito para as empresas mais atingidas pelo tarifaço imposto unilateralmente pelos Estados Unidos.

Agora, o governo do presidente Lula vai apoiar empresas de setores que ainda sofrem com tarifas elevadas, como siderúrgico, metalúrgico e automotivo, no segmento de autopeças, assim como aqueles setores relevantes para a balança comercial brasileira, como farmacêutico, de máquinas e equipamentos e eletrônicos, além de outros setores importantes, impactados com a falta de fertilizantes devido aos conflitos que acontecem em outros países.

É um apoio muito importante, sobretudo para garantir a manutenção dos empregos e da competitividade das empresas nacionais”

## EXPORTAÇÃO DE SERVIÇOS

O projeto de lei que cria o Sistema Brasileiro de Crédito Oficial à Exportação moderniza o seguro e o financiamento às exportações brasileiras e traz aprimoramentos para a atuação do BNDES. A nova lei consolida o alinhamento das práticas brasileiras às internacionalmente adotadas e dá segurança jurídica e política ao corpo técnico do Banco.

A garantia de maior transparência será adotada com a criação de um portal único para centralizar as informações sobre todas as operações aprovadas. Uma vez por ano, o BNDES vai apresentar à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal o portfólio de projetos. A medida permitirá maior interlocução e acompanhamento mais próximo por parte dos congressistas.

A nova lei incorpora regra que já constava em normativos internos do Banco e que estabelecia que países inadimplentes com o Brasil não poderão tomar novos empréstimos com o BNDES até a regularização da sua situação. O PL também estabelece mecanismos para incentivar operações que envolvam economia verde e descarbonização. Outra novidade é a possibilidade de cobertura do risco comercial enfrentado pelas micro, pequenas e médias empresas em operações com prazo de até 750 dias na fase de pré-embarque. Até então, o limite era de 180 dias.

A lei também estabelece regras para operacionalizar o Fundo Garantidor de Operações de Comércio Exterior (FGCE), instituído pela Lei Federal 12.712/2012 como um fundo com natureza jurídica de direito privado, criado para dar suporte a exportações brasileiras contra riscos comerciais.

*Fonte: Site oficial do Governo Brasileiro*



Foto: Ricardo Stuckert/PR

# Receita Federal discute modernização do trânsito aduaneiro no Porto de Santos

*Tema estratégico pode impactar operações logísticas e fluxos do comércio exterior brasileiro*

Na última semana, representantes da administração aduaneira brasileira, equipes técnicas e especialistas em tecnologia se reuniram no Porto de Santos para avançar nas discussões sobre a modernização do trânsito aduaneiro no Brasil — um tema considerado central para o futuro da logística e do comércio exterior nacional.

O encontro reuniu profissionais da Receita Federal do Brasil (RFB), especialistas do SERPRO e equipes técnicas envolvidas no desenvolvimento e aprimoramento de sistemas e processos operacionais da aduana brasileira.

A iniciativa integra esforços voltados à modernização dos fluxos logísticos sob controle aduaneiro, com foco em maior eficiência operacional, aumento da segurança das operações e aprimoramento da previsibilidade para todos os intervenientes do comércio exterior.

O trânsito aduaneiro é um instrumento fundamental da logística internacional, permitindo o transporte de mercadorias sob controle da autoridade aduaneira entre diferentes recintos alfandegados ou pontos do território nacional.

A modernização desse regime é considerada estratégica porque impacta diretamente a eficiência da cadeia logística, o tempo de deslocamento das cargas, os custos operacionais e a competitividade do comércio exterior brasileiro.

Durante os trabalhos realizados em Santos, as equipes técnicas discutiram o aprimoramento de sistemas, fluxos operacionais e mecanismos de controle, buscando elevar o nível de segurança das operações aduaneiras sem comprometer a fluidez logística.

outro ponto central das discussões foi o fortalecimento da integração entre a administração aduaneira, operadores logísticos e o setor privado,

O condição essencial para o aprimoramento do ambiente regulatório e operacional do comércio exterior brasileiro.

O SINDICOMIS NACIONAL e a ACTC acompanham permanentemente os temas relacionados à modernização do ambiente regulatório e operacional do comércio exterior, mantendo diálogo institucional contínuo com autoridades e órgãos governamentais.

As entidades reforçam a importância de iniciativas voltadas à melhoria dos processos aduaneiros e permanecem atentas às discussões técnicas conduzidas pela administração pública, com o objetivo de representar os interesses das empresas da categoria econômica e contribuir para a construção de soluções que conciliem segurança aduaneira e eficiência logística.

A modernização do trânsito aduaneiro representa um passo relevante para o fortalecimento da competitividade do Brasil no comércio internacional e continuará sendo acompanhada de perto pelas entidades representativas do setor.



Foto: Reprodução/Sindicomis